

## LEI MUNICIPAL Nº. 125 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

*Dispõe sobre a instituição da Casa Lar de Itapagipe e dá outras providências.*

### **O Prefeito Municipal de Itapagipe,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída a Casa Lar de Itapagipe, com a denominação de *Casa Lar Maria do Rosário Afonso Amorim*, com a finalidade de atendimento emergencial das crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal e/ou social, de conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como objetivos específicos:

- I - assistir à criança e ao adolescente nas áreas de saúde física e mental, prestando atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- II - viabilizar, na medida do possível, a reinserção e preservação dos vínculos familiares;
- III - inserir a criança e o adolescente em atividades na comunidade, promovendo sua adaptação ao local onde se encontram e em contrapartida receber desta comunidade apoio efetivo dos seus membros, neste processo educativo;
- IV - colocar e integrar a criança e o adolescente em família substituta, quando da impossibilidade de retorno para a família de origem;
- V - preparar a criança e o adolescente abrigados, gradativamente, para o desligamento.
- VI - avaliar sistematicamente a eficácia do programa;
- VII - atender as crianças e adolescentes nos casos de abandono, destituição de pátrio poder, negligência, ameaça ou violação dos direitos e garantias fundamentais das crianças e adolescentes.

Parágrafo Único. Mediante convênio de cooperação mútua a Casa Lar de Itapagipe, poderá atender crianças e adolescentes de outros municípios.

Art.2º A Casa Lar é medida provisória e excepcional, servindo como medida de transição para a colocação em família substituta ou para o retorno da criança e adolescente ao lar de origem, não implicando em privação de liberdade.

Art. 3º A Casa Lar prestará atendimento somente para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, oriundas do município de Itapagipe e conveniados.

Art.4º São requisitos para a admissão de criança e adolescente na Casa Lar, quando não houver mais recursos de atendimento e acompanhamento sócio familiar:

- I - a determinação judicial;
- II - a requisição do representante do Ministério Público;
- III - o encaminhamento do Conselho Tutelar.

Art. 5º A Casa Lar de Itapagipe será vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, podendo celebrar convênios com entidades para a execução das atividades preconizadas.

Art. 6º Para consecução de seus objetivos a Casa Lar de Itapagipe disporá de:

I – Coordenação;

II - Cuidador Social

III - Equipe de apoio operacional da Casa Lar que será constituída de:

a) Servidores do município de Itapagipe designados pelo Prefeito Municipal;

b) Servidores dos municípios conveniados, indicados pelo respectivo Prefeito Municipal;

IV – Serviço Técnico Profissional;

V - Serviço Voluntário.

Art.7º Compete ao Coordenador da Casa Lar:

I - gerir e orientar os serviços gerais e administrativos da Casa Lar;

II - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno da Casa Lar;

III - estabelecer as diretrizes gerais e o planejamento da Casa Lar;

IV - estabelecer medidas administrativas pedagógicas, técnicas e de serviços gerais, a serem adotadas pelos demais servidores da Casa Lar e pelas crianças e adolescentes acolhidas;

V - atuar junto aos diferentes setores da Casa Lar;

VI - avaliar os resultados dos projetos, planos e ações da Casa Lar, juntamente com os demais envolvidos no processo;

VII – representar a Casa Lar;

VIII - formular e fazer cumprir ordens de serviço e instruções normativas internas;

IX - executar outras tarefas correlatas.

Art. 8º Compete ao Cuidador Social:

I - prestar os devidos cuidados às crianças e adolescentes, dentro de um clima familiar;

II - preservar a identidade familiar e oferecer ambiente de dignidade às crianças e adolescentes;

III - propiciar a preservação dos vínculos familiares;

IV - cuidar e manter organizados os bens da Casa Lar;

V - propiciar o desenvolvimento da solidariedade, cooperação e valorização da ordem;

VI - colaborar na viabilização de condições apropriadas para ingresso de novas crianças e adolescentes;

VII - orientar as crianças e adolescentes sobre os cuidados necessários com a higiene pessoal, organização dos pertences, camas armários e demais setores da Casa Lar;

VIII - informar ao coordenador qualquer irregularidade em relação às crianças e adolescentes e outras pertinentes ao funcionamento da Casa Lar;

IX - ministrar os medicamentos às crianças e adolescentes, conforme prescrição médica;

X - acompanhar as crianças e adolescentes, quando houver a necessidade de atendimento especializado, bem como em atividades de lazer e similares;

XI - manter imparcialidade no cuidado e atenção às crianças e adolescentes;

XII - avisar a Coordenação, casos de fuga de crianças e adolescentes da Casa Lar;

XIII - executar outras tarefas correlatas.

Art.9º Compete à Equipe de Apoio Operacional:

I - realizar serviços de Copa e Cozinha;

II – proceder a manutenção, conservação e melhorias da Casa Lar;

III – executar os serviços de limpeza, higienização, dedetização e outros similares.

IV - auxiliar o Cuidador Social visando garantir a devida assistência às crianças e adolescentes;

V - executar outras tarefas correlatas.

Art. 10. Compete ao Serviço Técnico Profissional, prestar serviços nas áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia e jurídica, executados por profissionais da equipe técnica do CRAS e por profissionais lotados nas diversos órgãos da Prefeitura Municipal, mediante solicitação do Coordenador da Casa Lar.

Art.11. Compete ao Serviço Voluntário, participar do processo de atendimento às crianças e adolescentes, sob orientação da coordenação da Casa Lar, através de entidades da sociedade civil, ou pessoas em particular, inclusive os pais dos menores e adolescentes acolhidos.

Art. 12. O Regimento Interno poderá estabelecer outras atribuições além das previstas nesta Lei.

Art. 13 Para atender a finalidade da Casa Lar e normas estabelecidas nesta Lei, ficam criados os seguintes cargos em comissão:

I – 01 cargo denominado COORDENADOR DA CASA LAR com as seguintes características:

a) Remuneração: 1.574,99 (Um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos) por mês;

b) Símbolo: CL-1

c) Carga Horária: 40 (quarenta) horas Semanal e disponibilidade conforme necessidade da Casa Lar.

d) Escolaridade: 2º Grau

e) Recrutamento: Amplo, de Livre nomeação e exoneração.

II – 05 (cinco) cargos denominados CUIDADOR SOCIAL com as seguintes características:

- a) Remuneração: 1.175,25 (Um mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) por mês;
- b) Símbolo: CL-2
- c) Carga Horária: 40 (quarenta) Horas Semanal, em turnos diários, no sistema de rodízio, conforme estabelecido pelo Coordenador da Casa Lar.
- d) Escolaridade: 2º Grau.
- e) Recrutamento: Amplo, de Livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. Os valores fixados neste artigo serão atualizados nas mesmas datas e índices em que forem reajustados os vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art.14. A Coordenação da Casa Lar, juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deverá elaborar, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrada em vigor desta Lei o Regimento Interno da Casa Lar de Itapagipe, que será submetido à vista do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O Regimento Interno da Casa Lar será aprovado por Decreto editado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 15. A Casa Lar poderá receber de pessoas físicas ou jurídicas doação de bens de quaisquer espécies, numerários, materiais de consumo e higiene, gêneros alimentícios e outros necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Art.16. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município.

Art.17. O Poder Executivo Municipal poderá se necessário mediante decreto, regulamentar a presente Lei, estabelecendo normas complementares para o apropriado funcionamento da Casa Lar de Itapagipe.

Art. 18. Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapagipe, 11 de dezembro de 2013.

**WILDIRLEI QUEIROZ MENEZES BARBOSA**  
**Prefeito Municipal**

**MARIO LUCIO QUEIROZ DA COSTA**  
**Secretário Municipal de Administração e Planejamento**